

Gestão da riqueza e transformações do mundo de trabalho: a crise do trabalho no regime de acumulação liderado pela finança

Resumo

O ensaio analisa a precarização observada contemporaneamente no mundo do trabalho, buscando entendê-la a partir do instrumental analítico construído pela Escola da Regulação francesa, principalmente o conceito de regime de acumulação. Nessa linha teórica, busca-se sustentar que as transformações da forma de gestão da riqueza estão no cerne das mudanças nas condições de trabalho atuais. Parte-se do princípio de que compreender as formas concretas que a acumulação do capital adquire atualmente, em suas manifestações sobretudo fictícia e financeira, é condição *sine qua non* para a plena compreensão das transformações do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea.

Palavras-chave

Redundância do trabalho vivo; Escola da Regulação; Regime de acumulação; Investidores Institucionais.

Abstract

The paper does an analysis of the precariousness of the conditions of work in our society with the principal concepts of the French Regulation School. The main objective is relate the transformations of the World of Work to the changes in the management of wealth, in special the wealth in financial and fictitious forms.

Key-words

Worthless of the alive work; French Regulation School; accumulation regime, Institutional Investors.

Área Temática 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo

Sub-área Temática: Capitalismo Contemporâneo e Socialismo

Artigo submetido às Sessões Ordinárias

Gestão da riqueza e transformações do mundo de trabalho: a crise do trabalho no regime de acumulação liderado pela finança

Paulo Sérgio Fracalanza¹

Licio da Costa Raimundo²

1. Introdução

Dois milhões de desocupados. Este é o número de brasileiros que, em novembro de 2007, procuravam emprego e não encontravam ocupação, formal ou informal, no mercado de trabalho³.

Já distantes de um tempo em que se acreditava que tal flagelo seria debelado pelo mecanismo do crescimento econômico, encontramos-nos em um momento histórico que exige reflexões sobre as origens mais profundas do fenômeno do crescente e, aparentemente, irredutível desemprego da força de trabalho e de suas gravíssimas conseqüências sociais, econômicas e políticas.

Quais são as transformações que nos permitem compreender a dissociação entre o crescimento econômico e a geração de empregos no capitalismo contemporâneo? Em que medida e por quais mecanismos a geração de valor, no momento atual, passa ao largo da utilização de uma massa crescente de força de trabalho? Em que dimensão e por quais caminhos as estratégias contemporâneas de gestão da riqueza se afastam da mobilização crescente de contingentes de trabalhadores e, com isso, moldam um universo institucional diverso daquele construído no pós-guerra?

No momento atual, queremos crer que o capitalismo parece apontar para cinco movimentos estruturais simultâneos: i. uma reestruturação das relações de classe, cuja face mais evidente é, sem dúvida, o enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores; ii. uma

¹ Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor da FACAMP e do Instituto de Economia da UNICAMP.

² Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor da FACAMP.

³ IBGE (2007). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Mensal de Emprego; novembro. Foram classificadas como desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando, estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência e tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa.

sensível redução da escala e escopo dos papéis e das intervenções dos Estados de Bem-Estar Social, frente a orçamentos públicos cada vez mais comprometidos com serviços de dívida e limitados pelos ditames da estabilidade monetária e fiscal; iii. uma nova arquitetura das estratégias públicas de gestão da moeda e do crédito, seara na qual a atuação “independente” do banco central e a rigidez de atuação da política monetária ganham destaque; iv. uma redefinição das relações internacionais entre Estados e entes privados; v. um acirramento da concorrência entre as grandes corporações transnacionais.

Nesse contexto, acreditamos que a forma específica de gestão da riqueza contemporânea desenha os contornos de um novo modo de regulação garantidor da estabilidade de um regime de acumulação no qual não apenas a produção do valor, mas a sua valorização, vale dizer, a reprodução social, inscrevem-se em uma dinâmica na qual a força de trabalho torna-se cada vez mais uma “base miserável de valorização” e o capital financeiro, na sua forma fictícia e a juros, moldam o ritmo e a direção do metabolismo social.

Essa é a questão central que pretendemos discutir neste ensaio. Para tanto, na segunda seção, caracterizaremos a leitura da Escola da Regulação que, em nosso entender, traz contribuições importantes para a compreensão dos fenômenos de permanência e mudança no capitalismo.⁴ A seguir, apresentaremos uma leitura dos principais traços do assim denominado “capitalismo acionário”, das formas institucionais que caracterizam esse regime de acumulação e de seu modo de regulação atual. Por fim, em uma quarta seção, à luz dos argumentos apresentados, buscaremos justificar nossa percepção de que, contemporaneamente, parece aumentar a importância e magnitude do movimento tendencial de redundância do trabalho vivo.

2. Permanência e mudança

Pode-se afirmar que é o desenho institucional de uma determinada época e sua estabilidade dinâmica que caracterizam o que a Escola da Regulação compreende ser um determinado regime de acumulação.

⁴ Para uma muito bem feita apresentação da Escola da Regulação ver Boyer (2004) e Boyer, R. & Saillard, Y. (2002).

Na leitura dos autores regulacionistas, um regime de acumulação é um conceito analítico de fundamental importância que, logicamente subordinado às determinações mais gerais do modo de produção capitalista, procura explicar, para um determinado país em um determinado momento histórico, a forma concreta dos arranjos institucionais que presidem o funcionamento e a reprodução sistêmicos.

Os autores da Escola da Regulação dão grande atenção para cinco dimensões institucionais típicas: i. as formas da concorrência intercapitalista; ii. a dimensão do Estado-Nacional e as formas concretas de sua atuação; iii. o modo pelo qual se faz a gestão da moeda e do crédito; iv. as relações internacionais entre Estados e entre estes e os principais agentes que atuam no cenário internacional e; v. as relações de classe que podem ser consubstanciadas nas formas concretas tomadas pelas relações de trabalho e nos mecanismos de distribuição da renda.

Por modo de regulação, tal vertente teórica entende um conjunto de disposições, normas e padrões comportamentais dos agentes econômicos e organizações que também se materializa institucionalmente e que se encontra subordinado às formas específicas ditadas pelo regime de acumulação.

Quando um regime de acumulação e um modo de regulação imbricam-se de tal forma a preservar as características principais e a estabilidade das formas institucionais típicas, afirma-se estar em presença de um *modo de desenvolvimento* dotado de estabilidade dinâmica. Portanto, a estabilidade dinâmica de um regime de acumulação aponta para sua resiliência a movimentos incessantes dos diversos agentes que buscam melhorar sua posição relativa na apropriação da renda e da riqueza social.

Dessa forma, o pós-guerra, por exemplo, caracterizar-se-ia como um período regulado por um determinado regime de acumulação dotado de estabilidade dinâmica que perdurou por aproximadamente 25 anos, permanentemente convulsionado, é necessário dizer, por choques e tensões.

Trata-se, pois, de entender que o sistema capitalista encontra momentos de estabilidade do arranjo institucional que não significam, de forma alguma, a *supressão* do conflito social. Ao contrário, sua estabilidade reside em sua capacidade de *absorver* o

conflito, canalizando-o sem pôr em risco o que há de essencial nas formas institucionais vigentes nas cinco dimensões apontadas.

É bem verdade que a constante transformação das formas institucionais é incessante. O acúmulo de tensões e sua relativa incapacidade de adaptação às novas (ou velhas) demandas sociais e, sobretudo, às exigências do capital em movimento, põe em risco a própria estabilidade institucional. A paulatina fragilização das formas institucionais vigentes abre espaço para que uma nova crise provoque seu esgotamento e sua inevitável transformação.

A sucessão de regimes de acumulação marca alterações profundas na organização social sob o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a crise dos anos 30 marca uma mudança significativa das formas institucionais mais imediatas – com a conseqüente transformação do modo de regulação - que compreendiam um regime de acumulação baseado em um mercado de massas relativamente reduzido⁵, um alto nível de precariedade das condições de trabalho, uma condução conservadora e fiscalista da política econômica, um alto grau de concentração nas atividades industriais, na infra-estrutura e nas finanças e uma ampla atividade financeira de caráter especulativo.

Se é verdade que a crise dos anos 30 encontrou seu eco político com o New Deal nos EUA e com os regimes facistas na Europa, esses novos pilares políticos não significaram propriamente a obtenção de uma estabilidade dinâmica para o capitalismo. Tanto é assim que a eclosão da Segunda Grande Guerra explicita a precariedade de tal arranjo do ponto de vista que mais nos importa aqui: a estabilidade do regime de acumulação como sinônimo de manutenção de estruturas políticas, econômicas e sociais capazes de manterem-se por longos períodos absorvendo as inevitáveis crises que distinguem o modo capitalista de produção.

Apenas no pós-guerra é que o sistema encontra uma nova estabilidade dinâmica. Sustentado agora em outros pilares institucionais, o capitalismo desenvolveu-se à plena

⁵ Ainda que um mercado de consumo de massas começasse a ser observado nos EUA a partir dos anos 20, em meados dessa década 46% da população americana vivia com uma renda anual de US\$ 900.00 ou menos, insuficiente para uma vida considerada digna para os padrões de então, algo que exigiria US\$ 1,800.00 por ano. A esse respeito ver Karnal *et al.* (2007).

capacidade do fim dos 40 à metade dos 70, o que certamente não significou a supressão do surgimento de fissuras em suas estruturas basilares.

Nesse particular, a criação do euromercado de moedas fora do controle das autoridades nacionais restringia a capacidade dos Estados-Nacionais administrarem sem ruídos a moeda e o crédito, sobretudo na Europa. Por outro lado, os recorrentes choques entre as potências dominantes e suas manifestações mais concretas em conflitos diplomáticos mais tensos, como o episódio dos mísseis soviéticos em Cuba, nos anos 60, abriam brechas e punham em questão a estabilidade política da Guerra-Fria.

Não obstante, o modo de desenvolvimento desse período possuía um encadeamento virtuoso. Era patente o forte direcionamento do capital para os investimentos produtivos que objetivavam a ampliação da capacidade produtiva e o usufruto das economias de escopo, a intensificação na utilização do marketing e dos canais de distribuição e a criação de departamentos de pesquisa e desenvolvimento com vistas ao avanço da fronteira tecnológica. Disso resultavam enormes ganhos de produtividade que possibilitavam a manutenção de acordos *ex-ante* de repartição dos ganhos auferidos, via aumentos do salário real e, por consequência da massa salarial. Estes aumentos, por sua vez, garantiam a diminuição do horizonte de incerteza que inevitavelmente cerca as decisões de investimento, incentivando-as.

Além do mais, a atuação do Estado era outra engrenagem importante para o funcionamento do sistema. Manipulando simultaneamente os registros da arrecadação tributária e dos gastos fiscais, os Estados de Bem-Estar Social privilegiaram a constituição de uma rede de segurança do trabalho, o crescimento do emprego público e o direcionamento dos recursos para gastos em áreas especialmente sensíveis à decisão privada de investir, como a ampliação da infra-estrutura econômica e social e os gastos em ciência e tecnologia⁶.

Tais fatores, sem dúvida, reforçavam o ambiente de maior previsibilidade da demanda efetiva, ampliando o horizonte temporal e diminuindo o risco próprio às decisões

⁶ Tais arranjos tiveram diferentes configurações em diferentes países e regiões, o que caracteriza o modo de regulação como algo amplo, que permite diferentes formas institucionais que reproduzem a lógica da acumulação sob o mesmo regime de acumulação. Ver Amable (2005).

privadas de investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento, incentivando-as e, conseqüentemente, aumentando a robustez e a estabilidade sistêmicas.

Todavia, nos anos 70, as tensões próprias a todo regime de acumulação colocam-no em xeque⁷. A incapacidade de ampliação contínua da produtividade marcou um acirramento das tensões que se mostraram incontornáveis naquele momento. Os arranjos institucionais prevaletentes começaram a mostrar-se inadequados para parte expressiva dos agentes em oposição. As corporações oligopolistas não suportaram a contínua queda de lucros que se seguiram à queda da produtividade nos anos 70. Seria necessário intensificar o combate às estruturas econômicas construídas no pós-guerra, sobretudo as associadas à manutenção de elevações contínuas do salário real, bem como aquelas sustentadoras dos Estados de Bem-Estar Social, a exemplo da estrutura tributária e de financiamento dos gastos públicos em seguridade social. Também a gestão monetária da “era de ouro” revelou-se inadequada, na medida em que o acesso a grandes volumes de capitais, de difícil mobilização nos termos próprios a uma economia de endividamento com elevadas restrições à mobilidade internacional do capital, tornou-se cada vez mais fator imprescindível para fazer frente à concorrência intercapitalista. Além disso, a instabilidade cambial que se instaurava com o fim da paridade dólar-ouro em 1973 representou uma carga insuportável para a grande empresa capitalista transnacional.

Portanto, o acúmulo de pressões pôs por terra o arranjo do pós-guerra que se mostrara tão benigno para o movimento de acumulação de capital e também para o bem-estar social. Sendo assim, os anos 80 virão inaugurar a construção de um novo período, marcado por outras formas institucionais nos cinco pilares regulacionistas.

3. Regime de acumulação liderado pela finança

As principais características do *regime de acumulação liderado pela finança* começaram a ser construídas com o fim dos arranjos de Bretton Woods. Seu movimento decisivo, entretanto, deu-se com a reação política conservadora nos EUA, com Reagan, e na Europa, com Thatcher e Kohl. A isso se seguiu a profunda transformação da gestão da

⁷ Sobre uma discussão sobre a crise do regime de acumulação do pós-guerra ver Husson, M. *et al* (2001).

política monetária americana na gestão de Volcker no FED. À reafirmação da hegemonia americana seguiu-se a montagem, em ampla maioria dos principais países capitalistas⁸, de um arranjo institucional que se caracteriza por:

a. Um paulatino enfraquecimento dos sindicatos e crescente flexibilização das leis trabalhistas e precarização das condições de trabalho;

b. Abertura comercial e financeira dos principais países, com profundas repercussões na forma, nos efeitos e no alcance das políticas monetárias;

c. Ampliação dos riscos associados às oscilações dos preços dos principais ativos negociados em mercados cada vez mais internacionalizados, com destaque para juros, câmbio e *commodities*. Isso expõe sobretudo os países periféricos a crises recorrentes do balanço de pagamentos, com profundos impactos no nível de atividade, no emprego, na dívida pública e no investimento produtivo, ampliando a percepção de risco e diminuindo o horizonte temporal requerido de maturação do investimento privado;

d. Crescimento da velocidade de deslocamento e do volume de capitais que nas suas formas financeira e fictícia movimentam-se pelo globo em busca de valorização, incentivando a ampliação dos mercados de capitais e financeiros domésticos em cada país do sistema. Isso incentivou a importação de técnicas e práticas de estruturação de operações financeiras que se mostraram bastante inconvenientes, do ponto de vista do risco sistêmico, para mercados largos e profundos, e que se apresentam ainda mais arriscadas e inadequadas a mercados menos líquidos e que têm, portanto, menor capacidade de precificação dos ativos.⁹

⁸ Exceção parcial pode ser feita à tentativa de resistência de desmontagem dos arranjos institucionais de certas regiões, como a França, em um primeiro momento, e a Escandinávia, até recentemente. Sobre a desmontagem das engrenagens centrais dos arranjos institucionais que sustentavam o Estado de Bem-Estar francês, ver Plihon (2004). Sobre o caso alemão, ver Pesin & Strassel (2006). Para uma tipologia e discussão dos diferentes arranjos institucionais dos Estados de Bem-Estar, ver Esping-Andersen (1998).

⁹ Um exemplo de tais práticas é a generalização das operações de securitização associada ao crescimento vertiginoso das transações com derivativos de crédito, movimento que está na raiz da atual crise dos mercados financeiros americanos e que ganha fôlego nos mercados dos demais países centrais e periféricos. Ver Cintra e Cagnin (2007).

e. Afirmação do dólar como uma moeda financeira global, um dos principais pilares de sustentação da hegemonia americana após o início dos anos 80.¹⁰

Explicita-se nesses movimentos a construção de um regime de acumulação que dispensa a elevação do salário real e do emprego público como fator de sustentação da demanda efetiva em níveis elevados e crescentes. Outra passa a ser a forma da dinâmica geradora de crescimento e ciclos: o novo regime de acumulação instaurado pela reestruturação institucional dos anos 80 é fortemente amparado no circuito da valorização financeira e sobretudo fictícia do capital.¹¹

Para alguns autores, o regime de acumulação liderado pela finança, ao contrário de seu antecessor, não desfrutaria das mesmas promessas de estabilidade. Se no fordismo o consumo de massas estava amplamente amparado pelo circuito virtuoso do aumento de produtividade, aumento de salários reais, aumento da massa salarial e, por fim, aumento da produtividade, no novo regime não se criara um mecanismo equivalente que respondesse pela sustentação dos gastos de consumo. Mesmo a idéia aventada por alguns de que no novo regime liderado pela finança os gastos se sustentariam principalmente nas rendas oriundas dos ativos financeiros e fictícios seria mais uma demonstração cabal de sua fragilidade.¹²

No entanto, acreditamos que esse debate segue um curso equivocado. Em nossa concepção, o pleno entendimento do modo de funcionamento do *regime de acumulação liderado pela finança* exige uma compreensão ampla do conceito de modo de produção.

Apenas partindo do entendimento da totalidade das relações sociais faz-se possível compreender de que forma o momento atual caracteriza-se por ter construído uma estabilidade dinâmica calcada nas formas mais abstratas da riqueza. Vivemos a plenitude do que Hilferding chamaria de *capitalismo financeiro*.¹³ Nesse sentido, as formas concentradas de gestão de massas de riqueza fictícia são a expressão concreta das forças maiores que transformam a face do capitalismo contemporâneo.

¹⁰ Sobre o papel do dólar como uma moeda financeira ver Tavares & Melin (1997).

¹¹ Para uma excelente apresentação dos conceitos de capital a juros e capital fictício, ver Mazzucchelli (2004).

¹² Ver Boyer, (2004); Plihon (2004) e Dumenil & Levi (2003).

¹³ Hilferding (1985).

Prisioneiros desse tempo estão milhões de trabalhadores (ocupados ou não) que dependem diretamente dos fluxos de renda gerados pelas formas concretas de gasto gerados por esse regime de acumulação, e que bem ou mal contribuem para esquemas de poupança coletiva que representam a força transformadora da ordem social vigente.

Dessa forma, reiteramos, não é por intermédio de um circuito no qual a renda dos ativos financeiros substituiria parte da renda do trabalho na formação do componente gasto de consumo da despesa agregada que se sustentaria o regime de acumulação liderado pela finança. Sua sustentação depende da peculiar arquitetura de estruturas muito mais profundas que dão lugar a uma forma de organização social onde a finança tem papel central. Vejamos suas principais características.

Em primeiro lugar, é visível que a concentração de riqueza faz com que uma parcela crescente da população passe a ter no crescimento do valor dos ativos financeiros referência importante para suas decisões de gastar e para sua acumulação patrimonial. Essa parcela da população não abrange apenas aqueles que recebem juros e dividendos diretamente dos mercados de ações ou de fundos de investimento, mas inclui todos que, mesmo remotamente no tempo, têm parte de sua riqueza atrelada ao desempenho dos mercados financeiros, a exemplo dos trabalhadores do setor público e privado que contam com um sistema de aposentadoria e pensão com financiamento por capitalização ou aqueles que organizam suas poupanças por intermédio de fundos de investimento.

Em segundo lugar, as massas de recursos concentrados na forma financeira sob gestão dos *investidores institucionais* (fundos de pensão, seguradoras e fundos mútuos de investimento) são os verdadeiros agentes de transformação social contemporâneos. Suas aquisições – minoritárias ou com participação em blocos de controle – revolucionam as práticas de gestão do capital em todo o mundo. Os mais diversos coágulos de capital - industrial, comercial ou bancário - passam a responder aos desígnios do acionista e sua expectativa de máxima valorização no curto prazo. A venda do controle das principais empresas francesas e alemãs por parte do Estado para fundos de pensão britânicos já começou a transformar rapidamente a face do capitalismo alemão e francês.¹⁴ De forma acelerada, assiste-se a transformações das relações de trabalho e a pressões sobre a

¹⁴ Plihon (2004) e Pesin & Strassel (2006). Ver também Dumenil (2005).

capacidade de manutenção dos gastos sociais nestes países, em razão das políticas de deslocalização de unidades produtivas em direção aos países europeus de mais baixos salários, da ampliação da jornada de trabalho e do crescimento do salário real a taxas bem inferiores às do crescimento da produtividade.¹⁵

Em terceiro lugar, se é bem verdade que parte significativa da população não é admitida diretamente nos circuitos de renda da finança, sua participação será assegurada nas franjas do sistema, e seu esforço será bem-vindo na prestação de serviços que em sua moderna panóplia de modalidades contempla os serviços associados ao consumo de luxo, os serviços domésticos, os serviços de segurança pessoal e patrimonial, os serviços associados à saúde e bem-estar, os serviços associados ao lazer etc. Ademais, é digno de nota, que a imensa concentração de renda e o surgimento de grandes fortunas sustentadas nos ganhos proporcionados pelo mercado financeiro, permite a recriação de postos de trabalho em atividades desusadas, ao ressuscitarem formas de consumo conspícuo há muito consideradas extintas.¹⁶

Em quarto lugar, se o movimento de reprodução do capital não prescinde totalmente dos gastos de consumo oriundos da renda do trabalho, estes tornam-se secundários frente à ampliação poderosa da capacidade de gastar gerada pela expansão do crédito bancário tradicional e pela aceleração das inovações na área de estruturação de novas formas de crédito.

Em quinto lugar, a frustração das expectativas de valorização em determinados segmentos do capital industrial, comercial e financeiro não produz necessariamente a crise, na medida em que tal frustração encontra soluções dentro dos limites dos circuitos financeiros, mediante os amplos processos de fusões e aquisições, recompra de ações e outros.

Finalmente, os interesses dos trabalhadores de empresas públicas ou privadas que têm suas poupanças geridas coletivamente nos fundos de pensão passam a estar cada vez mais direcionados aos resultados financeiros obtidos como resultado dessa gestão, fato que alinha seus interesses e suas decisões (nos comitês de investimento, conselhos e demais

¹⁵ Aglietta (2007).

¹⁶ Ver Robert Frank (2007). Para dados sobre a brutal concentração de renda e riqueza nos países centrais, ver Reich. (2007).

órgãos de gestão de que participam) aos interesses da finança, funcionando como uma força conservadora de manutenção dos pilares do regime de acumulação liderado pela finança.

Desenha-se assim uma configuração econômica, política e social que alinha interesses de vários segmentos sociais, conferindo estabilidade a tal regime de acumulação. Porém, como já se disse algumas vezes, estabilidade não implica dizer que o regime está livre de tensões. Como em qualquer outro regime de acumulação, o atual apresenta fendas em sua estrutura. Tais fendas manifestam-se de forma contundente: a. na gestão política precária conduzida pela potência hegemônica no contexto internacional; b. nas cada vez mais recorrentes e expressivas oscilações cambiais e do preço dos títulos do Tesouro americano de 10 anos; c. nas crises financeiras que cada vez mais freqüentemente atingem os mercados de maior liquidez e maior volume e variedade de papéis negociados; d. nas crises corporativas recorrentes, sobretudo aquelas oriundas de fraudes de gestão; e. finalmente, no crescente desemprego da força de trabalho, na flexibilização das normas trabalhistas e na precarização cada vez mais ampla das condições de trabalho.

Talvez o mais estarrecedor é dar-se conta e aceitar que, não obstante uma parcela expressiva da população encontre-se alijada do mundo do trabalho e, portanto, da renda e do consumo, isso parece pouco afetar o processo de acumulação, uma vez que parte significativa da realização do valor produz-se de forma independente desse contingente de pessoas.¹⁷ A esse tema dedicaremos o próximo item.

4. Redundância do trabalho vivo no regime de acumulação liderado pela finança

Antes de aventurarmo-nos nesse espinhoso terreno, uma advertência. Nossa *pretensão* é, na linha das considerações até aqui esboçadas, trilhar alguns dos caminhos que se descortinam como especialmente bem situados para a observação das mutações do emprego no regime de acumulação liderado pela finança.

¹⁷ Bernardo (2000).

Nada mais correto, parece-nos, do que iniciar esse percurso, retomando a arguta idéia de Marx de que o trabalho tornar-se-ia, crescentemente, uma base miserável de valorização do capital.

“O aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital” (Marx, 1985, v. II p.219-220).

Ora, o desenvolvimento das forças produtivas, com potência inaudita desde o pós Segunda Guerra, deu razão a essa profecia. O progresso científico e tecnológico aplicado ao conhecimento e usufruto das potencialidades oferecidas pelos recursos naturais, a sofisticação das formas de controle e organização do trabalho, o desenvolvimento de máquinas e equipamentos, não apenas mais eficientes, mas sobretudo, mais proveitosos em amparar o desabrochar das economias de escala e escopo e, finalmente, o avanço das técnicas de planejamento, com o inestimável auxílio das tecnologias de coleta e processamento de dados, fizeram com que se reduzisse, em todos os domínios das atividades de produção humana, a *base* de trabalho sobre a qual repousa a enorme capacidade de criação de riquezas nas sociedades capitalistas.

Além do mais, é fundamental observar que esses mesmos avanços tecnológicos criaram toda uma nova e diversificada gama de produtos e serviços cada vez mais *imateriais*, no sentido de que sua reprodutibilidade depende cada vez menos do uso do trabalho humano. Exemplos vulgares são a difusão de conteúdo digital (dados e audiovisual), a produção e distribuição de softwares, ou os serviços de vendas de variados produtos pela Internet. Ocorre que esses produtos e serviços cada vez mais *intangíveis*, sejam no sentido físico – objetos desmaterializados, seja no sentido de sua produção social – desencarnados do consumo de trabalho humano, são indubitavelmente portadores de valor social, servindo com grande préstimo às finalidades da valorização do capital.

A essa lista, talvez seja útil acrescentar que algumas das atividades produtivas que contemporaneamente se organizam com o empenho de quantidades diminutas de trabalho humano, a exemplo do *marketing*, *branding* e *design*, são justamente atividades em extensa

medida orientadas para a criação de novos produtos e o mais das vezes responsáveis pela maior agregação de valor, na análise das distintas etapas das cadeias globais de valor.¹⁸

Talvez esse fenômeno possa causar estranheza para os estudiosos acostumados a uma leitura da valorização do capital como extração de mais-valia, tal qual aparece nas páginas do primeiro volume d'O Capital. Se é certo que Marx, nesse trecho de sua extensa obra, procura elucidar de forma exaustiva o processo de criação de valor no capitalismo, mormente na sua fase específica do surgimento da grande indústria, isso não significa afirmar que o capital tenha que se ver indefinidamente aprisionado nos limites estreitos desse engenhoso processo. Não é para menos que no prosseguimento de suas reflexões, Marx tenha se empenhado em descortinar como o capital progressivamente libertar-se-ia dos grilhões impostos pela utilização do trabalho vivo como base para sua valorização.¹⁹

Qual é a consequência lógica desses argumentos? Ao reiterarmos aqui nossa concordância com a manifestação da tendência de redundância do trabalho vivo e ao apresentarmos nossa apreciação de que em sua forma contemporânea o capitalismo parece repelir cada vez mais o trabalho humano enquanto base para sua valorização, apenas reafirmamos outra idéia cara a Marx, qual seja, a que o capitalismo *cria* de forma permanente um exército industrial de reserva, ou seja, de forma permanente *exclui* um grande contingente de homens e mulheres de suas fileiras produtivas.

Historicamente, as consequências econômicas e sociais causadas pelo flagelo do desemprego da força de trabalho constituiu-se em motivação importante das reflexões de pensadores de distintas extrações teóricas.

Para Marx, repelindo as teses subconsumistas, o capital não apenas não se ressentiria com a criação de vastos conjuntos de homens "livres" e desocupados, como beneficiar-se-ia dessas reservas disponíveis de força de trabalho que contribuiriam para a redução do nível dos salários reais.²⁰

¹⁸ Exemplos a esse respeito são muito conhecidos na literatura de Economia Industrial. Um exemplo típico é o da Benetton.

¹⁹ Acreditamos que no sentido dessa proposição reveste-se de novo significado e alcance a idéia do trabalho como base miserável para a valorização do capital.

²⁰ Em um contexto um pouco diverso, Marx avalia que o valor de troca da força de trabalho deveria contar também com o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador, isto é, à constituição de novas gerações de trabalhadores. Todavia, afirma Marx, o capital encontra-se

Para Polanyi, a Economia deveria afastar-se dos marcos das mecânicas elegantes que tratavam o desemprego como um problema de *eficiência econômica* e retornar ao seu sentido *substantivo* que encerra que nenhum ser humano pode manter-se vivo e em condições dignas sem um ambiente material que o sustente e que, em nossa sociedade, o trabalho continua a representar a condição privilegiada de inserção social. Para esse autor, o problema justamente é que o sentido *substantivo* da Economia não se encontra inscrito na lógica de movimento do capital.

Para Keynes, dentro da lógica de funcionamento do capitalismo, o desemprego apenas em condições muito fortuitas seria resolvido. Deslocando os determinantes do volume de emprego das condições do mercado de trabalho para a demanda efetiva, Keynes asseverara que ao depender dos mecanismos de mercado a economia poderia permanecer indefinidamente numa situação de equilíbrio sem pleno emprego.

Vale dizer que Marx, Keynes e Polanyi não apenas deslindaram que o capitalismo repelia o trabalho vivo, mas foram mais longe ao afirmar enfaticamente que o capitalismo poderia sobreviver, e sem grandes sobressaltos, a despeito do desperdício da potência da força de trabalho humana.

Nessa perspectiva, o período do pós-guerra deve ser visto como um arranjo improvável entre as formas institucionais típicas, orquestradas numa forma de regulação que se antepunha às tendências mais disruptivas do capitalismo.

Assim, as políticas públicas de pleno emprego, a *relação salarial* que previa *ex-ante* a repartição dos ganhos de produtividade na forma de aumentos reais de salários, o surgimento dos regimes de bem-estar social, o papel do Estado como protagonista na garantia da soberania da moeda nacional, entre outros aspectos, representou um momento singular da história do capitalismo em que suas manifestações mais destruturantes, do ponto de vista da sobrevivência humana, foram *domesticadas*, ao mesmo tempo em que se destravaram seus artifícios mais engenhosos de realização de progresso material.

Quando nos anos de 1970, o espectro do desemprego voltou a assombrar os países centrais, o “consenso” em torno das idéias de Keynes já começara a desmoronar. Embora

limitado pela possibilidade de despovoamento «(...) *tão pouco ou tanto como pela possível queda da Terra sobre o Sol.*» Marx (1983), p. 215).

os países desenvolvidos não tenham abandonado de imediato as políticas de inspiração keynesiana, não havia como fugir à evidência de que essas já não produziam os efeitos esperados.

O reconhecimento tardio da natureza global da crise e de sua aparente imunidade contra as receitas keynesianas, representou a oportunidade que muitos haviam acalentado para propor seu programa político. Há muito que alguns destes herdeiros da tradição liberal batiam nas mesmas teclas, porém até então haviam sido ignorados.²¹

Assim, nos anos 80, o fato mais evidente e, por que não, surpreendente em termos da orientação das políticas macroeconômicas nos EUA e em muitos países europeus, era o retorno às convicções liberais, que muitos criam definitivamente enterradas depois do colapso econômico que marcou o período entre as duas guerras mundiais.²²

O desarranjo, como vimos, foi de grande dimensão. Normalmente, os estudiosos desse período costumam apontar que, em linhas gerais, as políticas públicas em diversos países obedeceram, de forma mais rígida ou livre, o receituário do que se convencionou denominar de "Consenso de Washington" e sua terapêutica de flexibilização, desregulamentação e privatização.

Sem repetirmos essa argumentação bem conhecida, julgamos que o período que se inicia com o primeiro choque do petróleo e vem até os dias de hoje, período que concordamos em denominar de *regime de acumulação liderado pela finança*, cujos contornos principais esboçamos anteriormente, pode ser lido como um momento de libertação do capital de várias de suas amarras, que o restringiam em seus movimentos, que limitavam sua potência e que o impediam de livremente se manifestar em sua forma mais pura e própria, o capital fictício.

²¹ A esse respeito ver o prefácio de 1984 de «Capitalismo e Liberdade» de Milton Friedman. Em um dos trechos do prefácio, afirma o autor: "Aqueles dentre nós que se mostravam profundamente preocupados com a ameaça à liberdade e à prosperidade, representada pelo crescimento da ingerência governamental e pelo triunfo das idéias keynesianas e do Estado próspero, formavam uma pequena mas aguerrida minoria, considerada excêntrica pela grande maioria de nossos colegas intelectuais." Friedman (1984, p.5).

²² A esse respeito, na «Era dos Extremos», escreve Hobsbawm (1996, p.107): "Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver."

No mundo do trabalho, alguns desses entraves, com toda sua inconveniência, tinham sido erigidos no pós Segunda Guerra. O que dizer da força alcançada pelos representantes do trabalho, num período de pleno emprego e salários reais em ascensão? O que dizer das garantias dadas ao trabalho, estabilidade, socorro no caso de infortúnios, aposentadorias financiadas por regimes de repartição? O que dizer da delimitação das jornadas de trabalho, dos períodos de férias, dos turnos de trabalho? O que dizer das licenças parentais, licenças maternidade, licenças para qualificação?

Todavia, para além da paulatina, incessante e ainda inacabada desconstrução desses entraves, o capital foi também o grande beneficiário dos avanços tecnológicos em curso, propiciados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Não há dúvidas de que vivemos em tempos interessantes. As TICs e, sobretudo, a infinita disposição do capital em descobrir novas possibilidades de valorização reitera o processo de submissão das mercadorias fictícias, a terra, o trabalho e a moeda, ao jogo do mercado.

Nesse particular, pode-se apontar – e talvez no futuro não cause mais espécie, mas nos dias de hoje ainda nos parece bizarro – a criação de um mercado para o ar limpo, os mercados de apostas sobre condições climáticas, o mercado de créditos de carbono, as licenças negociáveis para poluição.

Em outro registro, se não causa mais espécie que o trabalho seja assimilado a uma mercadoria como outra qualquer, ainda mais em um momento em que os Estados Nacionais abdicaram de seu papel na manutenção do pleno emprego, é significativo notar que o tempo de *não* trabalho, em princípio, ao menos, um tempo "liberador", destinado às atividades autônomas, ao exercício do ócio criativo como pretendem alguns, encontra-se cada vez mais refém do jogo dos mercados, transformado em tempo de consumo e, inclusive, do aprendizado do consumo, um tempo submetido à disciplina do cálculo mercantil e servindo, pois, para os propósitos inconfessáveis da dominação do capital.

5. Conclusões

As considerações apresentadas nesse ensaio pretendem apontar para a flagrante aceleração de uma das tendências centrais do modo de produção capitalista: a redundância do trabalho vivo. A novidade dos últimos vinte e cinco anos consiste na aceleração do fenômeno da criação de condições cada vez mais precárias não apenas de trabalho, mas principalmente de sobrevivência, uma vez que a renda oriunda do trabalho continua a ser a principal via de inserção na sociedade contemporânea.

Buscou-se identificar as articulações superiores que resultam nas atuais condições precárias de trabalho e vida para parcela imensa da população. Foi no movimento das massas de capital financeiro, sobretudo aquelas geridas por agentes que objetivam a plena fluidez, como os fundos de investimento e fundos de pensão, que encontramos a chave para o entendimento do mecanismo que impõe as condições concretas de fragilização do tecido social.

É no papel de gestores de massas gigantescas de capital em busca de valorização, sem o privilégio de qualquer forma específica, que tais agentes estão a transformar a face da sociedade contemporânea.

É na propriedade do capital exercida por estes agentes que é possível identificar o mecanismo original de comando que resulta num acirramento brutal da concorrência capitalista e na imposição de padrões cada vez mais aviltantes de inserção social a milhões de trabalhadores em todo o mundo.

No cerne do movimento que permitiu a esses agentes transformarem-se nos artífices desse novo regime de acumulação está o fracasso coletivo em impor limites ao movimento irrefreável do capital.

Como vimos, a longa crise dos anos 30 e a própria Grande Guerra abriu a possibilidade de um arranjo que procurava conter os efeitos desestruturantes do movimento do capital. Com efeito, se o período imediatamente posterior a Segunda Grande Guerra foi eficaz na construção de limites ao livre movimento do capital e aos seus conseqüentes efeitos deletérios, o momento presente mostrou-se incapaz de reunir forças sociais que reconstruam tais anteparos.

O momento presente assemelha-se a um mal-estar crônico. A acumulação de riqueza material vive um longo período de euforia. A reprodução social, no entanto,

encontra obstáculos cada vez mais proeminentes, sobretudo associados à geração de um contingente não aproveitável de mão de obra, muito mais próximo ao conceito de “trabalho em geral” que ao de “exército industrial de reserva”, na medida em que aqueles que estão sendo expulsos e mantidos afastados dos postos de trabalho existentes não reúnem mais qualificações para sua reinserção no processo de trabalho contemporâneo.

Urgente se faz, portanto, identificar os eixos que dão sustentação ao atual regime de acumulação liderado pelas finanças e encontrar soluções políticas para os impasses por ele gerados. A alternativa a ser evitada é entregar à crise esse papel, algo inscrito na própria natureza do capital, segundo Marx:

“A contradição, expressa em termos gerais, consiste em que, de uma parte, o regime capitalista de produção tende ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, prescindindo do valor e da mais-valia nele implícitos e prescindindo também das condições sociais dentro das quais se desenvolve a produção capitalista, enquanto, por outra parte tem como objetivo a conservação do valor existente em sua máxima valorização” (Marx, 1993, p. 402)

6. Bibliografia

- AGLIETTA, M. (2007). *Désordres dans le Capitalisme Mondial*. Paris: Odile Jacob.
- AMABLE, B. (2005). *Les Cinq Capitalismes: diversité des systèmes économiques et sociaux dans la mondialisation*. Paris: Seuil.
- BERNARDO, J. (2000). *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores:.. ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo.
- BOYER, R. & SAILLARD, Y. (2002). *Regulation Theory: the state of the art*. London: Routledge.
- BOYER, R. (2004). *Théorie de la Réegulation:.. les fondamentaux*. Paris: La Découverte.
- CINTRA, M.A.M. e CAGNIN, R.F. (2007). Evolução da estrutura e das finanças norte-americanas. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.89-131, junho.
- DAVIS, M. (2006). *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.

- DUMENIL, G. & LEVY, D. (2003). "Superação da Crise, Ameaças de Crise e Novo Capitalismo". In: *Uma Nova Fase do Capitalismo?* seminário marxista, questões contemporâneas. São Paulo: Xamã.
- ESPINING-ANDERSEN, G. (1998). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. New Jersey: Princeton University Press.
- FRANK, R. (2007). *Richistan: a journey through the American wealth boom and the lives of the new rich*. New York: Crown.
- FRIEDMAN, M. 1988. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural.
- GORZ, A. 1991. *Métamorphoses du travail, quête du sens: critique de la raison économique*. Paris: Galilée.
- HILFERDING, R. (1985). *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.
- HOBBSBAWM, E. (1996). *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras.
- HUSSON, M. et al (2001). *Crises Structurelles et Financières du Capitalisme au 20^{ème} Siècle*. Séminaire marxiste, enjeux contemporains. Paris: Syllepse.
- IBGE (2007). *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento*. Pesquisa Mensal de Emprego, novembro.
- KARNAL, L. et al (2007). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Editora Contexto.
- KEYNES, J. M. (1985). *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, K. (1993). *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. London: Penguin.
- _____ (1985). *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- MAZZUCHELLI, F. (2004). *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. Campinas: Unicamp / Instituto de Economia.
- PESIN, F. & STRASSEL, C. (2006). *Le Modèle Allemand en Question*. Paris: Economica.

PLIHON, D. (2005). "As Grandes Empresas Fragilizadas pela Finança." In: CHESNAIS, F. *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2004). *Le Nouveau Capitalisme*. Paris: La Découverte.

POLANYI, K. 1983. *La sussistenza dell'uomo*: il ruolo dell'economia nelle società antiche. Torino: Giulio Einaudi Editore.

REICH, R. (2007). *Supercapitalism*:. the transformation of business, democracy, and everyday life. New York: Knopf.

TAVARES, M. C. e MELIN, L. E. (1997). "Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia americana." In: Tavares, M.C. e Fiori, J. L. (org.). *Poder e dinheiro*: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes.